

## ***Lusitania*: Projetos de identidade luso-brasileira e a construção de memórias históricas**

ROBERTHA PEDROSO TRICHES\*

No final do século XIX e início do XX, o Rio de Janeiro foi palco de entrada de milhares de portugueses que, buscando melhores oportunidades de emprego ou fugindo de perseguições políticas, foram responsáveis por formar uma das colônias de imigrantes mais numerosas e bem integradas do Brasil. Uma vez instalados, esses imigrantes buscaram, através de várias estratégias, recriar sua identidade e estabelecer marcos de sua presença no novo país. Nesse sentido, destacou-se a criação de diversos periódicos, os quais funcionaram como um importante instrumento de construção de uma identidade portuguesa no Brasil, bem como de estreitamento dos laços da colônia com Portugal. Desse conjunto destacamos a revista *Lusitania*, sobre a qual nos debruçaremos agora.

### **1 – Uma revista entre revistas portuguesas**

A revista *Lusitania* circulou entre fevereiro de 1929 e dezembro de 1934. Apresentava um *design* “moderno”, sendo toda impressa em papel *couché*. Era uma publicação quinzenal, lançada sempre no primeiro e no décimo sexto dia de cada mês, totalizando assim 24 números ao ano. Seu número avulso era vendido no Rio de Janeiro a 1\$500 (mil e quinhentos réis), e sua circulação era ampla, sendo vendida em todos os estados do Brasil e fora do Brasil também, principalmente em alguns países da América (Argentina, Uruguai e EUA), em Portugal e nas colônias portuguesas na África.

Era uma revista ricamente ilustrada, e as fotografias se destacavam em razão do seu grande número. Impressas em preto e branco, elas serviam como um instrumento para os diretores da revista, que apostavam nesse tipo de linguagem com objetivos diversos. Um deles era justamente reforçar o caráter moderno da revista, uma vez que a maioria delas tinha um forte cunho de fotojornalismo, ou seja, serviam para noticiar os últimos acontecimentos políticos, sociais e/ou culturais, especialmente os de Portugal e de suas colônias, estando, portanto, afinada com o desenvolvimento das novas tecnologias e linguagens da época.

---

\* Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

De acordo com Ana Mauad, o fotojornalismo se consolidou no Brasil a partir dos anos 1930. Seria uma nova forma de representação, que associava texto e imagem, nascendo a partir daí a concepção do papel do fotógrafo enquanto “testemunha ocular”, associada à idéia de que a imagem fotográfica é capaz de elaborar uma narrativa sobre os fatos. Dessa forma, o texto escrito simplesmente acompanharia a imagem como um apoio, “que no mais das vezes, amplificava o caráter ideológico da mensagem fotográfica”. (MAUAD, 2004:2) Daí, segundo a autora, o fato das reportagens serem sempre feitas por um jornalista, responsável pelo texto, e por um repórter fotográfico, encarregado das imagens, ambos trabalhando em conjunto.

No caso da *Lusitania*, podemos afirmar, primeiramente, que o uso de fotografias servia como uma estratégia de atualização dos imigrantes portugueses, especialmente a respeito da sua terra natal. Dessa forma, a maioria das fotografias tinha como tema as novidades no mundo da arte em Portugal, os últimos acontecimentos sociais, as medidas econômicas adotadas pelo governo, a atuação das instituições culturais, o desenvolvimento das colônias portuguesas em África, entre outros. Apesar de “documentarem” para os leitores um determinado evento, usando o jargão utilizado na época para afirmar o que se postulava como objetividade na imprensa, precisamos levar em consideração que essas fotografias são, na verdade, sofisticadas construções. Elas passam não só pelo crivo do fotógrafo e do jornalista produtor da matéria, como também pelo do editor da revista, e, na maioria das vezes, servem para confirmar um discurso já anunciado pelo periódico.

Essa questão é muito importante, porque através das fotografias também conseguimos perceber as preferências político-ideológicas do grupo produtor do periódico. No caso da *Lusitania*, por exemplo, a fotografia é utilizada como um importante instrumento de exaltação da política desenvolvida por Oliveira Salazar em Portugal. Nesse sentido, a maioria das fotografias, como a que se segue abaixo, representavam as visitas diplomáticas dos grandes políticos portugueses a outras nações; as festas e homenagens feitas a Salazar e ao Presidente Carmona; a inauguração de instituições culturais pelo governo; as conferências realizadas pelas autoridades portuguesas; as comemorações oficiais do governo; as obras sociais feitas por grandes figuras portuguesas, entre outras.



Imagem I - *Lusitania*, ano VI, n. 110, 15 de Maio de 1934.

Nesse conjunto de fotografias, por exemplo, cuja chamada era “O Governo Português interessa-se pelos desprotegidos da sorte”, Salazar e a esposa do presidente Carmona visitam o “Refeitório Econômico dos pobrezinhos”, uma instituição que amparava crianças pobres em Portugal. No total, foram seis fotos representando momentos distintos dessa visita. Na foto principal estão presentes Salazar, Madame Carmona e as senhoras que dirigem o estabelecimento. Ao lado dela está uma menor, onde a esposa do general Carmona aparece tomando uma sopa, e cuja legenda diz “M.me Carmona achou deliciosa a sopa dos pobres”. Abaixo, mais uma foto de Salazar, com um livro nas mãos e observando as crianças que fazem parte da instituição, com a seguinte legenda “O primeiro sorriso que até hoje surpreendemos ao grande Ministro”. Como se vê, as imagens constroem uma narrativa bem expressiva. O texto serve apenas para confirmar a mensagem transmitida pelas fotografias, e, nesse caso, para atestar o interesse do governo português pelos menos favorecidos.

A fotografia também era para a revista um instrumento de consolidação de uma determinada imagem do imigrante português: a do bem sucedido. No Rio de Janeiro, a imagem que havia sido construída dos imigrantes portugueses era como que partida: em uma face, o português de tamancos, caixeiro ou estivador, mas um pobre; na outra face, o português rico, dono dos estabelecimentos atacadistas ou das casas para alugar, que não era bem visto, sendo responsabilizado pela carestia dos alimentos ou pelos altos aluguéis. Nos dois casos, figuras que não contribuíam para a sociedade brasileira. O esforço da revista, portanto, era se confrontar com ambas as imagens para fixar outra: a do português bem sucedido, um grande empreendedor, que trabalhava para o progresso da colônia e do país. Através da publicação de fotografias de inaugurações de estabelecimentos comerciais, de retratos de grandes industriais e comerciantes

portugueses no Brasil, a revista apelava para a dignificação do trabalho e da honestidade como características intrínsecas ao português, atributos que teriam permitido a esses imigrantes progredir profissionalmente no Brasil.

Por último, podemos identificar outro papel do uso da fotografia: a exaltação de Portugal através das suas belezas naturais. Foram muitas as fotos representando as diversas regiões de Portugal, suas pequenas vilas, praias e campos. As imagens dos monumentos portugueses também foram recorrentes, em especial aqueles relacionados à história da formação de Portugal. Através dessas imagens, a revista buscava não só aliviar a saudade dos imigrantes da “santa terrinha”, como também confirmar um discurso da grandiosidade de Portugal, mantido ao longo de toda a publicação, e que estava sendo reforçado pelo salazarismo, então investindo no patrimônio de Portugal e em sua ruralidade.

Outra característica que se destacava na *Lusitania* era a grande presença de anúncios publicitários. Havia entre os anunciantes uma grande quantidade de firmas portuguesas estabelecidas no Brasil, mas também uma série de anúncios de lojas brasileiras, o que demonstra que as relações econômicas e sociais são muito mais fluidas do que simples questões étnicas, pois, com certeza, a parte rica da colônia portuguesa devia ser uma faixa desejável do público a ser conquistado pelos comerciantes brasileiros.

Havia também uma aposta do grupo na diversidade temática: futebol, teatro, culinária, moda, literatura, humor, pintura, história, religião, economia, atualidades, festas, política, cinema, entre outros. Dentre esses temas, um em especial se destaca, a história, elemento fundamental para a consolidação do projeto editorial da *Lusitania*, uma vez que, na revista, a aproximação entre Brasil e Portugal foi construída através dos seus laços histórico-culturais.

## **2 - A empresa C. Cruz e Cia.**

A revista *Lusitania* foi criada por um grupo de imigrantes portugueses que chegou ao Brasil em princípios do século XX e que, após se estabelecer no Rio de Janeiro, encontrou na imprensa a forma de sobreviver no país. Não fora a primeira iniciativa do grupo e sim o resultado do sucesso de um projeto inicial, o jornal *Pátria Portuguesa*, o qual lhes havia proporcionado não só um relativo acúmulo de capital,

como também de experiência, dado que alguns desses imigrantes, quando ainda em Portugal, pareciam não sonhar com a possibilidade de se tornarem jornalistas.

Esse parece ter sido o caso do grande articulador do grupo, João Chrysóstomo Cruz. Ele nascera em 1890, numa zona rural de Portugal, na Freguesia de Avidagos. Segundo sua afilhada, a Sra. Almira Sobral da Cruz, com quem conversamos ao longo da pesquisa, sua família era de agricultores e vivia sem nenhum conforto. Seu padrinho viera sozinho para o Brasil, na primeira década do século XX, tendo em torno de 13 e 15 anos. Teria vindo com destino certo: o Rio de Janeiro. Assim que chegou, foi trabalhar em um armazém, entregando alguns produtos nas casas das pessoas, e teria sido durante essas entregas que ele conheceu sua esposa, a Sra. Almira Mota Cruz, uma brasileira.

Há um intervalo muito grande na obtenção de informações sobre sua trajetória de vida. O que sabemos é que após o casamento, ele e sua esposa foram morar no Centro do Rio de Janeiro. Não sabemos o seu grau de instrução, se fizera algum curso em Portugal ou no Brasil, ou sobre outras atividades econômicas desenvolvidas no país. Só sabemos que, em 1923, quando ele funda o centro regional Centro Transmontano, ele se identifica, no livro de sócios, como jornalista. O que percebemos, através da leitura da própria *Lusitânia*, é que ele se tornou jornalista por experiência, e não por formação. Nesse sentido, a trajetória heróica desse homem, na memória que é dela construída, assinala suas origens humildes, a solidão de seu deslocamento para o Brasil, as dificuldades porque passou e, com destaque, suas vitórias: o casamento e o sucesso econômico, social e cultural, traduzidos pela formação do grupo editorial e do Centro Transmontano, nos quais era a figura referencial. De fato, ele não se fez somente jornalista, mas se tornou dono de uma empresa, que chegou a produzir, ao mesmo tempo, um jornal diário, um jornal semanal e uma revista quinzenal.

O primeiro projeto do grupo ligado à imprensa foi o jornal *Pátria Portuguesa*, criado em 1925. A *Lusitânia* viria quatro anos depois. Assim como o jornal, ela fora criada a partir do capital fornecido pelo comerciante português Lourenço Teixeira, que também participara da criação do Centro Transmontano. A editora, responsável pela publicação dos periódicos, pertencia, portanto, a esse comerciante. Mas fica nítido, pela leitura da *Lusitânia*, que a concepção intelectual do projeto fora de Chrysóstomo, e que Lourenço Teixeira encarregou-se de ser seu financiador. Um tipo de parceria muito

praticada: um sócio entra com a idéia e o trabalho, enquanto o outro entra com o capital, o que nos permite concluir que Chrysóstomo não era, ainda, um homem rico ao ponto de bancar tal empreendimento.

Porém, era ele o responsável pela direção da revista, juntamente com o jornalista José Corrêa Varella. Joaquim Campos era o redator chefe, Abílio Guimarães era diretor artístico, e havia ainda um secretário, Vaz d'Almada. A partir de 1º de junho de 1929, Lourenço Teixeira deixa a empresa, que é comprada por Chrysóstomo. Com a mudança, ele se torna dono da Editora, na época também responsável pela publicação do jornal *Pátria Portuguesa*, além das oficinas gráficas. Apesar da mudança, o quadro administrativo continuou o mesmo. Mas a empresa ganhou sócios de peso, em sua maioria empresários. Essa prática se torna comum no Brasil ao longo dos anos 1920 e 1930, ou seja, empresários do ramo industrial e comercial buscarem diversificar seus investimentos, escolhendo, para isso, alguns projetos culturais, como a produção de periódicos. Dessa forma, eles não só ampliavam as suas fontes de renda, pois revistas como a *Lusitânia*, de fato, davam um retorno financeiro, como, principalmente, utilizavam-se do periódico para fazer propaganda de seus negócios; a revista, assim, aumentava seu capital econômico e propiciava um retorno em termos de “capital simbólico”, tornando-os homens respeitados e mesmo admirados dentro da colônia portuguesa do Brasil.

Dessa forma, estamos falando de uma empresa, administrada por “empresários do jornalismo”, organizada para produzir lucros, além é claro de servir como um projeto de afirmação simbólica desses homens dentro da colônia e da sociedade carioca como um todo. Prova disso é que ela possuía oficinas gráficas próprias, que estavam separadas fisicamente da redação e administração da revista, e uma grande especialização das funções: além de diretor, editor, redator, tesoureiro e secretário, havia um Departamento de Propaganda, um chefe de publicidade e uma equipe de fotógrafos. Além disso, o grupo sobrevivia da imprensa, e conseguiu produzir no Brasil quatro periódicos: *Pátria Portuguesa*, *Lusitania*, *Diário Português* e *Voz de Portugal*, sendo que os três primeiros foram, durante um bom tempo, produzidos concomitantemente.

Não eram, portanto, projetos amadores, mas resultado de uma estrutura muito bem montada a partir da organização de um grupo. E o grande articulador desse grupo

foi, sem dúvida alguma, João Chrysóstomo Cruz. Atuando como diretor e editor da revista, ele era o responsável maior pelo projeto coletivo, pela seleção de conteúdos e pelo processo de produção material da *Lusitania*. Era ele que entrava em contato com os colaboradores e sócios, selecionava os temas a serem abordados, supervisionava os originais para publicação e fazia o contato com as instituições culturais.

Não podemos afirmar que a revista recebia alguma subvenção ou qualquer outro tipo de auxílio por parte do governo de Portugal, mas podemos inferir que Chrysóstomo era um importante elo de ligação entre o governo português e a colônia do Rio de Janeiro. Nessa fotografia que reproduzimos abaixo, por exemplo, que nos foi apresentada por Dona Almira, ele aparece ao lado do General Carmona, do “amigo Carmona”, para ser mais fiel à descrição que estava presente no verso da fotografia. Como é sabido, Carmona foi um dos líderes do movimento de 28 de maio de 1926, que pôs fim à Primeira República Portuguesa, levando à implantação da auto-denominada Ditadura Nacional, transformada, após a aprovação da Constituição de 1933, no chamado Estado Novo português. Ele era, portanto, uma figura importante no cenário político português, tendo sido presidente no período de 1926 a 1951.



Imagem II – Fotografia cedida por Almira Sobral da Cruz e Vasconcelos.

Perguntada por mim a respeito da ligação entre Chrysóstomo e Salazar, Dona Almira foi enfática: “eram muito próximos, e se falavam muito por cartas. Meu padrinho entrava no Palácio em Portugal pela cozinha, sem se apresentar!” Levando em consideração que essas palavras podem estar marcadas por um sentimento de orgulho pessoal, ou seja, do fato do padrinho ser próximo a alguém da importância de Salazar, é muito sintomático dessa ligação entre os dois o fato de se comunicarem através de cartas.

Mas se não podemos afirmar que a revista recebia auxílio do governo, podemos dizer que ela vai estar crescentemente posicionada ao lado da “Revolução Nacional”, como era caracterizado o movimento de 28 de maio de 1926, e da proposta autoritária de Salazar. Através da análise de seus 118 números, conseguimos perceber todo o processo de transformação da figura de Salazar no “novo herói” português. No editorial do número 14, por exemplo, de 16 de agosto de 1929, Salazar já é o grande homenageado. Nesse momento, em Portugal, ele fazia um ano no cargo de Ministro das Finanças, e a sua política econômica já dava sinais de sucesso, dada à recuperação da economia portuguesa. O texto, intitulado “Uma grande figura nacional”, começa exaltando o Movimento de 28 de Maio, para em seguida falar exclusivamente do estadista.

*Em 1926, surgiu em Portugal um movimento revolucionário com caráter militar, chefiado pelos srs. General Gomes da Costa e comandante Mendes Cabeçadas, movimento que, uma vez triunfante, desfraldou, num grito imenso que percorre, como um frisson, toda a terra portuguesa, a bandeira da salvação nacional. [...] Com o advento da Ditadura surgiu, porém, em Portugal, na sua administração superior, um homem que é hoje a mais alta expressão de financista realizador no país e que deve merecer, pela obra executada, a admiração e o respeito de todos os portugueses, quaisquer que sejam os seus créditos políticos ou as suas idéias financeiras. (Lusitania, ano I, n.14, 16 de agosto de 1929.)*

Como se vê, o golpe militar de 1926 é caracterizado pela revista como um grande movimento de salvação nacional, após anos de crise econômica e política da Primeira República. Ainda assim, o que se percebe através da leitura, é que o período inicial da ditadura está sendo encarado como transitório, apesar de reconhecerem a sua importância, pois a consagração do “Novo Portugal” só viria com a ascensão de Salazar ao poder.

*A obra do Sr. Oliveira Salazar é a maior obra administrativa da República. Tudo quanto a Ditadura possa ter feito de bom, de grande, de útil, de patriótico, desaparece diante da ação imensa, gigantesca, do ministro das Finanças, que pode ser considerado um dos maiores, senão o maior administrador financeiro da Europa atual. (Lusitania, ano I, n.14, 16 de agosto de 1929.)*

Nesse mesmo editorial, Salazar chega a ser chamado de o “Colbert moderno”, numa alusão a Jean-Baptiste Colbert, político francês que fora Ministro das Finanças no reinado de Luis XIV, tendo sido responsável pela instauração do mercantilismo na França e por transformá-la num país bastante rico, a ponto de sua política econômica ganhar o título de Colbertismo. Para além de editoriais, nesse primeiro momento,



quando Salazar ainda ocupa o posto de Ministro das Finanças, a revista buscará diversas estratégias de exaltação e de homenagem à sua figura, incluindo poemas, fotografias, reportagens sobre sua ação à frente do ministério, pesquisas de opinião a respeito de sua política econômica, entre outras.

A partir de 1933, com Salazar já ocupando o cargo de Presidente do Conselho dos Ministros, e após a promulgação da nova constituição, que marcou o início do Estado Novo, a imagem de Salazar torna-se ainda mais presente na revista. Agora, ele já apresenta características heróicas, sendo representado como o único capaz de devolver a Portugal a sua magnitude e o seu papel de destaque no continente europeu, apagando definitivamente a imagem de um país decadente, que havia predominado ao longo do século XIX.

*O Dr. Oliveira Salazar, a quem neste número da LUSITANIA prestamos a nossa justíssima homenagem, é a nossa esperança e o nosso orgulho; a esperança no muito que pode fazer para tornar grande e feliz a nossa Pátria; de orgulho pela irradiação do seu nome através de todo o mundo financeiro, onde a sua palavra e as suas opiniões são hoje acatadas como as de um homem que tem autoridade para as expressar. A sua obra – todos o sabem – é formidável. O que Portugal lhe está devendo, pelo esforço que tem empregado em erguer a nossa terra do abatimento em que se encontrava, é qualquer coisa de grande, que nunca se viu na história de Portugal. [...] Não pensa senão em Portugal; não trabalha senão por Portugal. [...] Grande foi a felicidade da nossa Pátria ter encontrado um homem deste estofo moral, desta envergadura patriótica, deste saber incomensurável, desta energia infatigável, para que pudesse Portugal readquirir o lugar que competia a Portugal entre os povos civilizados. (Lusitania, ano V, n.96, 31 de maio de 1933, p.9.)*

Nesse mesmo número, todo ele dedicado à instauração do Estado Novo em Portugal, Salazar também é homenageado na capa da revista, onde seu desenho, representando ainda um homem jovem, aparece ao lado da frase “Os homens ilustres da nossa terra”.



Imagem III - Lusitania, ano V, n.96, 31 de maio de 1933.

Em seguida, é publicada uma série de fotografias representando Salazar em eventos oficiais, proferindo conferências, fazendo visitas diplomáticas, entre outras situações. Dessa forma, a revista ia construindo o seu discurso a respeito do governo de Salazar em Portugal, utilizando-se, para isso, de diferentes estratégias. Por exemplo, para falar sobre o Estado Novo não eram utilizadas palavras como “Ditadura”, “autoritarismo” ou “censura”. Ao que parece, para a revista, a Ditadura ficara restrita ao período inicial de 1926 a 1933, pois a partir daí o que se tinha era a “Regeneração”, a “República Nova”.

Dessa forma, a revista *Lusitania*, assim como uma série de outros periódicos produzidos pela colônia portuguesa do Rio de Janeiro nesse mesmo período, colocava-se ao lado da política autoritária do Estado Novo, compartilhando com ele os seus pressupostos político-sociais. Mas não só isso. Ela também compartilhou com o regime o seu projeto cultural, difundindo aqui no Brasil valores como ordem e civismo, e muitas vezes antecipando um discurso que só seria assumido efetivamente pelo regime ao longo dos anos 1930.

### 3 – Projetos político-culturais

*O nosso programa? Está traçado pelo título. Lusitania diz tudo. Lusitania é a batalha da Pátria, desde os tempos mais remotos até aos nossos dias. A luta contra os romanos e contra os mouros, a defesa do Condado Portucalense, as arrancadas contra Napoleão e contra os Felippes, a Independência, as Cruzadas, as Quinas. Lusitania é Guimarães, Ourique, Aljubarrota, Alcacer-Kibir, o Bussaco, Armentíers. Lusitania é Viriato, Affonso Henriques, Egas Moniz, Nuno Álvares, o Mestre de Aviz. Vasco da Gama, o Infante de Sagres, Os Lusíadas e as descobertas, o Brasil. Camões e o amor. Lusitania é a epopéia gigantesca do nosso passado, o espírito, a coragem e o gênio da Raça. Lusitania [...] é a aventura de um povo que há 18 séculos luta pela civilização, pela crença e pela glória. [...] Lusitania é Portugal. (Lusitania, ano I, n.1, 1º de fevereiro de 1929.)*

É com esse editorial que a revista *Lusitania* dá início à sua publicação em 1º de fevereiro de 1929. Nele, procura-se explicar o programa da revista que, como se vê, está todo pautado pela exaltação da história de Portugal, mais precisamente uma história épica portuguesa, construída por grandes guerreiros e navegadores, por “conquistadores”. Essa vai ser uma marca da revista, ou seja, a glorificação do passado, o qual terá um papel fundamental na legitimação da colônia portuguesa e de Portugal como um todo, frente à terra de acolhimento, considerando-se a nova realidade política de Portugal e do Brasil pós-30.

O investimento na história de Portugal começa já com a escolha do nome da revista, *Lusitânia*. Um lugar meio geográfico, meio histórico, mas certamente um lugar mítico, considerado a origem ancestral de Portugal: o território que, na Antiguidade, ficava no Oeste da Península Ibérica, onde viviam os povos lusitanos, e que depois foi conquistado pelos romanos. A evocação desse “nome” demonstra a tentativa da revista de associar sua imagem às origens mais remotas e genuínas de Portugal. Mas não só seu título apresenta um conteúdo histórico. Toda a revista vai sustentar um projeto de exaltação do passado heróico de Portugal, com o intuito, a nosso ver, de atestar a grandeza da nação no presente e no futuro. No editorial reproduzido acima, por exemplo, Portugal é associado ao que a revista entende como as principais passagens de sua história, tal como as guerras de independência do território; o movimento das Cruzadas; as navegações marítimas, os descobrimentos e a obra de Camões. Ao evocar esse passado épico de Portugal, a revista *Lusitania* fazia um “chamado” aos portugueses, exigindo dos mesmos o amor à pátria, o orgulho pela nação e a necessidade de perpetuar essas façanhas no presente.

De acordo com a historiografia portuguesa, é no século XIX que se dá início a um investimento maciço na recuperação da história de Portugal, exemplificado pelo movimento do Romantismo. Segundo Fernando Catroga, com o fim do Antigo Regime em Portugal, surgia a necessidade de se “regenerar” a nação, desejo que se traduziu em um apelo ao regresso às origens, possuindo, segundo o autor, um pano de fundo claramente historicista. (CATROGA, 1998:46) Essa valorização do passado seria, como sempre é, mediada pelas preocupações do presente. Naquele momento, o que predominava era um sentimento decadentista, originado de certo desgosto dos portugueses com relação à péssima posição que o país ocupava em relação aos demais países europeus. Nesse contexto, a recuperação da história agia no sentido de reafirmar a grandeza do país, lutando contra um presente de atraso. Nesse sentido, o discurso da elite política e intelectual do final do século XIX era o da “regeneração” de Portugal, olhando-se para o passado, e não como ocorria em outros casos na Europa “moderna”, onde o que se prometia era o “novo”. Tratava-se de recorrer à história para, segundo Catroga, dizer que num dado momento Portugal também foi um “povo eleito”.

Já no século XX, e após o advento da República em Portugal, um novo movimento nacionalista vai se formando. Apesar do discurso de “ruptura” com o

passado, mantido pelos intelectuais e políticos republicanos, o que vai se perceber é a tentativa do novo regime de se amparar e/ou de recriar esse passado “revelado” pelo Romantismo, mantendo assim com ele muitas continuidades. A ideia de reconstrução salientava-se, cada vez mais, numa perspectiva nacionalista, só que agora com certas características ainda mais predominantes: o secularismo e o anti-clericalismo das elites políticas e culturais. Se por um lado a República defendia um movimento de ruptura (política, social e cultural), por outro, ela recorria igualmente a argumentos historicistas para se legitimar, os quais iam se tornando cada vez mais fortes. E, à medida que a Primeira República portuguesa ia entrando numa profunda crise política, maior se tornava a necessidade de cultivar os heróis nacionais e de evocar esse passado glorioso.

O Estado Novo português, apesar de se auto-intitular “Novo” e negar qualquer aproximação com o período da Primeira República, não abandonou esse movimento de resgate do passado. Pelo contrário, transformou-o no maior símbolo do nacionalismo português. A grande diferença é que, enquanto no final do século XIX e início do XX buscava-se a refundação do passado, dado que o presente estaria marcado pela humilhação diante do estrangeiro e pela crise das instituições portuguesas, o Estado Novo utilizaria o passado como inspiração, pois a sua grandeza continuaria sendo perpetuada no presente e o governo de Salazar seria a grande finalização desse processo, que apontava o futuro.

Ainda que para o salazarismo o século XIX e a Primeira República fossem períodos odiáveis, pois significavam o decadentismo e o liberalismo, o Estado Novo vai se apropriar de alguns símbolos e de uma determinada narrativa histórica que, como vimos, começaram a ser construídos mais especificamente com o Romantismo, ainda na primeira metade do século XIX. No entanto, promoverá mudanças nesse modelo, em consonância com o pendor ainda mais nacionalista, católico e corporativo de sua ideologia, daí falar-se em um novo projeto cultural. Depois de séculos de decadência, o novo governo pretendia ser uma nova ordem, apresentando-se como um Estado Novo.

Interessante é perceber que a revista *Lusitania* vai, de certa forma, antecipar esse discurso do Estado Novo de construção de um “Novo Portugal”. O editorial de 16 de fevereiro de 1929, por exemplo, intitulado “Portugal Novo: o Portugal glorioso de sempre”, é uma crítica fortíssima ao pensamento decadentista, às pessoas que, segundo a revista, teriam o hábito de se referir a Portugal no passado: “Portugal foi um grande

País”, “Portugal teve um passado glorioso”, “No presente é uma nação morta”. Afirma que a repetição dessas ideias acabaria se tornando uma verdade entre os ignorantes e entre a própria classe letrada. Contra isso, os portugueses deveriam se unir para mostrar que Portugal ainda é um grande país, na verdade, “um Novo grande país”, e isso poderia ser observado,

*[...] Nas letras, nas ciências, nas artes, nas indústrias, no comércio, na política, na ação e nas idéias. [...] Portugal não vive do passado. E Portugal tem todas as primitivas energias da Raça e todas as iniciativas, aspirações e entusiasmos do espírito moderno. Devemos gritar que é mentira, que há um Portugal Novo, grande, destemido, reçumante de vida, ardente de fé. [...] Tenhamos orgulho da Pátria que temos. Tenhamos orgulho do passado que nos legaram e do presente que estamos edificando, à custa de sacrifícios sem par, do sangue do povo, do ardor da mocidade. ( Lusitania, ano I, n.2, 16 de fevereiro de 1929, p.2)*

Dessa forma, a revista enfatiza que os portugueses devem comemorar o seu passado, mas, do mesmo jeito, exaltar esse presente que estaria sendo construído em Portugal. E esse é um discurso que vai ser mantido ao longo de toda a revista, sendo ainda mais intensificado após a instauração do Estado Novo. De acordo com Luís Torgal, ainda durante a Primeira República, observa-se o surgimento de uma concepção revisionista do passado português, que procurava valorizar conjuntamente a nação e a tradição, movimento esse que vai se projetar no Estado Novo. (TORRAL, 1998:256) Assim, se esse movimento soube fazer suas as interpretações que desde o século XIX caracterizavam a história pátria como um “autêntico panteão”, se ele secundarizou algumas figuras e acontecimentos antes enaltecidos, reforçou ainda mais a importância de outras anteriormente cultuadas. E a revista *Lusitania* nasce justamente em meio a esse movimento revisionista.

Dentre os personagens que permaneceriam sendo caracterizados como os verdadeiros representantes da alma e da “raça” portuguesa está, em primeiro lugar, Camões, o “poeta dos descobrimentos”. Na Primeira República, a data provável da morte de Camões, 10 de junho de 1580, passara a ser considerada o dia de Camões e feriado municipal em Lisboa. Durante o Estado Novo, esse dia seria elevado a feriado nacional, como sendo, conjuntamente, o Dia da Raça portuguesa, de Portugal e de Camões. No Brasil, em 1932, o 10 de junho foi estabelecido também como o Dia da Colônia Portuguesa. A revista *Lusitania* se empenharia também em transformar Camões no principal símbolo da nacionalidade portuguesa. A sua figura estava presente

em todos os números da revista, fosse através de artigos sobre o poeta, ilustrações, trechos de seus poemas ou mesmo aparecendo nas capas e sendo tema de muitos editoriais, atestando, assim, a grandeza de Portugal no que se refere às Letras.

*Dentro de dez dias unir-se-ão todos os corações em veneração ao homem que é a síntese admirável dum patriotismo sem mancha, dum patriotismo argamassado em sacrifícios, em sofrimentos, em dores atrozes [...] A Pátria foi para Camões a dona dos seus pensares, a imagem que lhe andou sempre dentro dalma, superior às amarguras da sua vida [...] Por isso justo é que o dia do seu aniversário seja, principalmente, um dia de civismo, o dia em que, cada um de nós, deve meter a mão na consciência e perguntar-lhe se na verdade temos tido, no cumprimento dos nossos deveres cívicos aquilo que Portugal exige, com pleno direito, que sejamos. Enaltecer Camões é principalmente seguir-lhe o exemplo. (Lusitania, ano VI, n.111, 30 de maio de 1934.)*

No editorial reproduzido acima, dedicado a celebrar o “10 de junho”, conseguimos perceber claramente elementos que estavam presentes no discurso do Estado Novo, ou seja, um apelo para o civismo dos portugueses, para o cultivo de valores como obediência, disciplina e ordem, os quais, portanto, estavam sendo incorporados pelo projeto político-cultural da revista. Nas capas da *Lusitania*, Camões era representado sempre ao lado de outros símbolos nacionais, como as naus portuguesas, a Cruz de Malta e o escudo português. Sua obra mais importante, *Os Lusíadas*, era peça fundamental para transformar uma simples capa de revista em uma ode ao poeta e, especialmente, à história de Portugal.



Imagem IV - *Lusitania*, ano IV, n.81, 1º de junho de 1932.

Além de Camões, outra figura também muito celebrada pelo Estado Novo foi a de D. Afonso Henriques, chamado de “O Fundador”. Ele fora o responsável pela independência do reino de Portugal, tendo sido proclamado o seu primeiro rei em 1139, após a vitória de suas tropas contra um contingente mouro na Batalha de Ourique. A história dessa batalha e de D. Afonso Henriques está envolta em uma narrativa mítica, a do Milagre de Ourique. A lenda, que começaria a ser difundida somente no século XIV,

narra que no dia da vitória sobre os mouros, Afonso Henriques teria recebido a visita de Jesus Cristo, o qual teria lhe garantido a vitória. Dessa forma, a independência de Portugal passara a ser vista como resultado de um dom divino na luta contra os infiéis. Segundo Catroga, o Estado Novo não somente manteve o mito de Afonso Henriques e o discurso da veracidade do milagre, como também intensificou a campanha tendente a santificar o fundador. (CATROGA, 2005: 150) De acordo com o autor, Afonso Henriques era então comparado a Salazar, como um verdadeiro “Chefe”, cuja luta contra os infiéis o tornava merecedor da beatificação.



Imagem V - *Lusitania*, ano I, n.1, 1º de fevereiro de 1929.

A revista *Lusitania* também promoveria a propaganda da imagem de D. Afonso Henriques como o “iniciador” de tudo. Na primeira capa, aparece em primeiro plano a figura do “heróico guerreiro”, com suas armas e indumentária de guerra. Era uma invocação aos tempos do início histórico da pátria, pois contava ainda com outros elementos do passado. Atrás da figura de Afonso Henriques podemos identificar mais duas passagens da epopéia da independência portuguesa: o Castelo de Guimarães e a tomada de Santarém. O primeiro, chamado de o “berço da nacionalidade”, teria sido o local de nascimento de D. Afonso Henriques e onde ele teria resistido aos ataques das forças do rei Afonso VII, de Leão, na sua luta pela independência de Portugal. A tomada de Santarém fora um conflito travado entre as forças de D. Afonso Henriques e os mouros de Santarém, na qual aquele teria saído vitorioso e recuperado a região. Por último, virado para o mar, ainda se vê a figura de D. Henrique de Avis, o Infante de Sagres, outro mito da história de Portugal, uma das figuras mais importantes do início da era das descobertas portuguesas.

Como se vê, desde o início a revista investia em uma sistemática narrativa da história, que envolvia fatos “reais” e lendários, através da qual se promovia a “elevação

da pátria”. Poderíamos mencionar outras passagens da história de Portugal que ganharam igualmente narrativas míticas nas páginas da *Lusitania*. No entanto, importa salientar que essa prática era toda ela fundamentada pela ideia da “reconstrução nacional”, processo que estaria sendo encaminhado no presente, tanto pelo governo de Salazar como pela a ação dos portugueses no Brasil. A História, portanto, é resgatada pela revista para servir de instrumento de legitimação de Portugal no mundo e dos portugueses no Brasil.

A revista pautava-se assim por uma visão de História “memória da nação”, segundo um paradigma tradicionalista (também chamado historicista), dominante no século XIX, ou seja, antes da divulgação e impacto trazidos pela proposta da Escola dos Annales francesa. Todas as narrativas históricas produzidas pela *Lusitania* referem-se à figura de um herói, à biografia de um grande português, a um evento, a uma data marcante, enfim, toda ela assume uma concepção de tempo linear que “evolui” em direção ao progresso. Não há, nem se está cobrando que houvesse, qualquer tipo de problematização de fatos, personagens ou símbolos; pelo contrário, eles são dados como “prontos e verdadeiros”, sobretudo porque se trata de uma história dirigida a um grande público, ou seja, uma narrativa de divulgação do conhecimento, potencializada ainda mais pela situação de seus leitores privilegiados, que estavam “fora” dessa pátria portuguesa. Porém, também eles eram “bons portugueses”, capazes de cultivar e disseminar essa memória histórica aos quatro cantos do mundo, pois eram tidos indistintamente como a base da própria nacionalidade portuguesa.

Toda a revista sustentaria esse discurso da monumentalidade de Portugal, divulgando uma “história pátria” feita por grandes homens e com grandes marcos, dos quais deveriam sentir orgulho todos os portugueses. Na seção “As noites do Avozinho”, por exemplo, o autor José Agostinho ia ensinando aos pequenos portugueses, de forma bem didática e segundo o modelo canônico do ensinar e divertir, oferecendo modelos cívicos e morais, que passado tão grandioso era esse, exaltando, mais uma vez, figuras como Camões e D. Afonso Henriques. Capítulo por capítulo, o narrador – um avozinho – contava passagens como a Reconquista portuguesa, as navegações marítimas, a descoberta do Brasil e a conseqüente “contribuição portuguesa para o progresso da civilização”, ajudando a construir, portanto, uma memória histórica sobre esse passado, e ensinando aos portugueses “lições de nacionalismo”.



Assim, o que podemos concluir é que a revista *Lusitania*, seguindo um movimento que se concretizará ao longo do Estado Novo, vai investir numa narrativa histórica sobre Portugal, em que este é exaltado como um grande “formador de civilizações”, um “produtor de heróis e guerreiros”. Dessa narrativa depreende-se uma concepção de história tradicional, erudita e factual, que buscará forjar uma memória histórica do país a partir da glorificação da ação de grandes homens, de grandes feitos e datas. Em suas páginas a história fora acionada de duas formas distintas. A primeira, através do resgate do passado glorioso de Portugal, ou seja, do seu passado épico, edificado por grandes heróis. A segunda, por meio da exaltação da chamada história imediata, da história em curso de Portugal, como sendo um período de regeneração do país e do seu povo, exemplificado tanto a partir da nova política instaurada por Salazar como, e com destaque, com os exemplos da atuação dos portugueses bem sucedidos no Brasil. Dessa forma, os imigrantes portugueses acreditavam estar conseguindo se legitimar no país, ganhando a aceitação e o respeito dos brasileiros, pois estariam contribuindo para o crescimento do país e, ao mesmo tempo, resgatando uma imagem positiva de Portugal no Brasil, cumprindo a revista o seu maior projeto político e cultural.

### **Referências Bibliográficas**

- CATROGA, Fernando. *Nação, Mito e Rito: Religião Civil e Comemoracionismo*. Fortaleza: NUDOC/Museu do Ceará, 2005.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração Portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001.
- MARTINS, Ismênia de Lima & SOUZA, Fernando. (orgs) *Portugueses no Brasil: Migrantes em Dois Atos*. Rio de Janeiro: Muiraquitã, 2006.
- MAUAD, Ana Maria. “O olho da história: fotojornalismo e história contemporânea”. In: *Com Ciência: revista eletrônica de jornalismo científico*. São Paulo: Unicamp, 2004.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. “*Cabras*” e “*pés-de-chumbo*”: os rolos do tempo. O antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1930). Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1987. (MIMEO)
- TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Maria Amado & CATROGA, Fernando (orgs.). *História da História em Portugal* (sécs. XIX-XX). 2ª ed. Lisboa: Temas e Debates, 1998.